

RECURSO ESPECIAL Nº 1.677.087 - SP (2017/0038529-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : MAICON DANIEL CEZARINO
ADVOGADO : FABIANO PADILHA E OUTRO(S) - SP178778
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : VLADIMIR BONONI E OUTRO(S) - SP126371

EMENTA

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. PERMISSÃO DE DIRIGIR. CONCESSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE TRÂNSITO. INFRAÇÃO. QUESTIONAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. NECESSIDADE DE AGUARDAMENTO DO JULGAMENTO DO RECURSO.

1. A concessão da Carteira Nacional de Habilitação ao portador de Permissão para Dirigir é mera expectativa de direito, o qual se concretizará apenas se, cumprido o prazo de um ano, o aprovado no exame de habilitação não tiver cometido infração de trânsito de natureza grave ou gravíssima ou sido reincidente em infração média.
2. Não é necessária a instauração de processo administrativo prévio à negativa de concessão da CNH, salvo se impugnada a materialidade ou a autoria da infração. Precedentes.
3. No caso dos autos, o impetrante requereu a suspensão de restrições administrativas ao seu direito de dirigir até o julgamento do apelo no CETRAN. Extraída, do acórdão recorrido, a pendência do exame de recurso administrativo no qual se questiona a aplicação de multa, impõe-se o acolhimento do pedido.
4. Recurso especial a que se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator